



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

Brasília, 27 de maio de 2024.

À Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Esplanada dos Ministérios, Bloco K
70040-906 Brasília/DF

Assunto: Autorização para a Realização de Concurso Público. Exercício 2025. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Senhora Ministra,

1. Cumprimentando-a cordialmente, submeto à análise proposta para autorização da realização de concurso público para provimento de cargos efetivos vagos presentes nos quadros do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um total 1.105 (um mil, cento e cinco) cargos vagos, distribuídos da seguinte forma: 534 (quinhentos e trinta e quatro) cargos vagos de Analista Ambiental e 571 (quinhentos e setenta e um) cargos vagos de Analista Administrativo, com o objetivo de provimento de servidores em todos os estados brasileiros e expectativa de inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2025, conforme art. 4º do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, com proposta de nomeação dos aprovados no 2º semestre do ano de 2025.

2. O ICMBio é uma autarquia federal, de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, com autonomia administrativa e financeira e dotada de personalidade jurídica de direito público. Foi criado por meio da Medida Provisória nº 366/2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.516/2007, e tem por missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

3. Dessa forma, conferem ao ICMBio as atribuições/competências de : I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das Unidades de Conservação - UCs instituídas pela União; II - executar políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UCs de uso sustentável instituídas pela União; III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs instituídas pela União; e V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas UCs, onde essas atividades sejam permitidas.

4. O quantitativo de servidores do quadro de pessoal do Instituto reduziu drasticamente nos últimos anos e conta, atualmente, com aproximadamente 1.739 (um mil, setecentos e trinta e nove) servidores efetivos da carreira de especialista em meio ambiente, dentre analistas ambientais e administrativos, técnicos

ambientais e administrativos e auxiliares administrativos e de outras situações funcionais (fonte: SIAPE/CGGP, em março de 2024), sendo responsáveis pela gestão de aproximadamente 171.4 milhões de hectares.

5. Assim, o número de servidores é considerado insuficiente para atender a missão institucional do ICMBio, com atribuições cada vez numerosas devido ao crescimento de sua atuação e à implementação de novos projetos, com aumento do volume dos processos de trabalho e sua complexidade. Se a perspectiva de aposentadorias se der sem a admissão de novos servidores, uma lacuna de conhecimento, inviabilizará a formação de novas gerações na instituição, impedindo a transferência gradativa do conhecimento.

6. Nesse sentido, encaminho a proposta anexa, contendo a Nota Técnica da área competente; o Parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio; a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2025, 2026 e 2027; e o demonstrativo da força de trabalho, nos termos do Decreto nº 9.739/2019 e da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019.

7. Na oportunidade, coloco esta Pasta à disposição para quaisquer esclarecimentos e solicito informação da decisão desse Órgão Central do SIPEC quanto ao pleito.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

A) DADOS DA SOLICITAÇÃO

	Identificação do órgão ou entidade a ser atendido	Código Siorg
Órgão Setorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	40111
Órgão Solicitante	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	44207

Quadro-resumo da demanda

Cargo	Remuneração	Qtde	Impacto Orçamentário Anualizado		
			2025	2026	2027
Analista Ambiental	R\$ 11.789,43	535	R\$ 81.584.246,40	R\$ 95.100.748,82	R\$ 98.192.723,21
Analista Administrativo	R\$ 11.789,43	571	R\$ 87.074.027,46	R\$ 101.500.051,54	R\$ 104.800.084,02
Técnico Ambiental	R\$ 5.438,19	31	R\$ 2.167.759,94	R\$ 2.465.278,10	R\$ 2.526.355,33
Técnico Administrativo	R\$ 5.438,19	13	R\$ 909.060,62	R\$ 1.033.826,30	R\$ 1.059.439,33
Total		1106	R\$ 171.735.094,42	R\$ 200.099.904,76	R\$ 206.578.601,89

B) A EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Evolução da força de trabalho por situação funcional - últimos 5 anos

	2020	2021	2022	2023	2024
(A) Servidor efetivo - Ativo (por cargo)					
Analista Ambiental	964	944	992	1066	1065
Analista Administrativo	30	28	27	27	26
Técnico Ambiental	140	128	210	235	232
Técnico Administrativo	271	257	243	233	229
Auxiliar Administrativo	42	38	35	32	32
Engenheiro	0	0	0	0	1
Geólogo	0	0	0	1	1
(B) Cargos efetivos vagos					
Analista Ambiental	636	657	608	534	535
Analista Administrativo	111	113	114	114	571
Técnico Ambiental	123	135	53	28	31
Técnico Administrativo	560	574	588	598	13
Auxiliar Administrativo	0	0	0	0	0
Engenheiro	0	0	0	0	0
Geólogo	0	0	0	0	0
(C) Terceirizados em desacordo com a legislação vigente	0	0	0	0	0
(D) Cedidos/Requisitados em exercício no órgão	30	28	27	29	34
(E) Cedidos/Requisitados para outros órgãos	15	12	14	31	32
(F) Ocupantes de cargos comissionados (Extra Quadro)	89	91	87	52	54
(G) Estagiários	102	59	98	106	85
(H) Aposentados - (Acumulado)	25	40	45	21	2
Total da força de trabalho ativa no órgão/entidade (A+C+D+F+G)	1668	1573	1719	1781	1759

* Os dados devem representar o cenário de dezembro de cada ano, com exceção do último período, que deve considerar o mês anterior ao da solicitação.

C) QUADRO DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APOSENTADORIAS NOS CINCO ANOS SUBSEQUENTES À SOLICITAÇÃO

Previsão de aposentadorias nos cinco anos subsequentes à solicitação

Cargos	Nível de escolaridade dos Cargos	2024	2025	2026	2027	2028
Analista Ambiental	Superior	6	11	6	14	25
Analista Administrativo	Superior	1	2	0	0	0
Técnico Ambiental	Médio	3	4	2	2	1
Técnico Administrativo	Médio	13	11	4	5	2
Auxiliar Administrativo	Fundamental	0	3	3	0	0
Engenheiro	Superior	0	0	0	0	0
Geólogo	Superior	0	0	0	0	0
Total da previsão de aposentadorias/ano		23	31	15	21	28

D) DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR DEPARTAMENTO (QUANDO SE TRATAR DE MINISTÉRIOS) OU POR COORDENAÇÃO-GERAL (PARA AUTARQUIAS OU FUNDAÇÕES)

Unidade	Níveis hierárquicos	Quadro efetivo	Cargos em comissão sem vínculo	Requisitados	Terceirizados	Temporários	Total
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP	4	33	0	0	23	0	60
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa - CGADM	4	38	1	0	62	0	105
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	3	8	0	0	17	0	28
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão de Recursos Externos - CGPLAN	4	15	0	0	19	0	38

Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação - CGFIN	4	24	2	0	34	0	64
Coordenação Geral de Criação e Planejamento de Unidades de Conservação - CGCAP	3	21	0	0	10	0	34
Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP	3	24	0	0	15	0	42
Coordenação Geral de Proteção - CGPRO	4	54	0	0	16	0	74
Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM	3	17	0	0	9	0	29
Coordenação Geral de Populações Tradicionais - CGPT	2	12	0	0	19	0	33
Coordenação Geral de Consolidação Territorial - CGTER	3	16	2	0	20	0	41
Coordenação Geral de Avaliação de Impactos - CGIMP	2	6	0	0	6	0	14
Coordenação Geral de Estratégias para Conservação - CGCON	3	12	0	0	4	0	19
Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade - CGPEQ	2	14	0	0	10	0	26

E) DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PELAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Unidade da Federação	Cargos de nível superior	Cargos de nível médio	Cargos em comissão sem vínculo	Total
AC	18	18	6	42
AL	5	3	0	8
AM	46	31	10	87

AP	24	13	0	37
BA	41	11	2	54
CE	22	9	2	33
DF	210	121	4	335
ES	27	8	1	36
GO	30	12	0	42
MA	21	18	2	41
MG	60	11	3	74
MS	3	1	0	4
MT	11	1	1	13
PA	79	58	4	141
PB	44	12	1	57
PE	26	11	1	38
PI	9	6	5	20
PR	44	11	1	56
RJ	80	14	1	95
RN	8	8	1	17
RO	48	27	4	79
RR	12	0	1	13
RS	21	9	2	32
SC	71	10	0	81
SE	4	2	0	6
SP	87	19	0	106
TO	1	0	1	2
SOMA	1052	444	53	1549

F) AS DESCRIÇÕES E OS RESULTADOS DOS PRINCIPAIS INDICADORES ESTRATÉGICOS E RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

	2021	2022	2023
Resultados das avaliações institucionais nos últimos 3 anos	80 pontos	80 pontos	80 pontos
Média dos resultados da avaliações individuais no órgão nos últimos 3 anos	20 pontos	20 pontos	20 pontos

		INDICADOR 1		
Resultados do indicador nos últimos 3 anos		2839	2774	885
Meta		2000	2000	850
Descrição do indicador	Número de espécies da fauna silvestre com estado de conservação avaliado			
Método de cálculo	Somatório de espécies da fauna silvestre com estado de conservação avaliado no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	138,70%	104,12%
Fonte	DIBIO			

		INDICADOR 2		
Resultados do indicador nos últimos 3 anos		75%	83,21	81%
Meta		75%	77%	77%
Descrição do indicador	Percentual de espécies ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional - PAN			
Método de cálculo	Número total de espécies ameaçadas de extinção constantes da Lista Oficial de espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs * (100)/ número total de espécies ameaçadas de extinção			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	108,06%	105,19%
Fonte	DIBIO			

		INDICADOR 3		
Resultados do indicador nos últimos 3 anos		21	20	18
Meta		15	17	18
Descrição do indicador	Número de editais de delegação de serviços publicados em UC			
Método de cálculo	Somatório dos editais publicados no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	117,64%	100%
Fonte	DIMAN			

		INDICADOR 4		
Resultados do indicador nos últimos 3 anos		14	11	12
Meta		16	12	14

Descrição do indicador	Número de Planos de Manejo publicados ou revisados			
Método de cálculo	Somatório dos Planos de Manejo publicados ou revisados no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	87,5%	91,66%	85,71%
Fonte	DIMAN			

INDICADOR 5

Resultados do indicador nos últimos 3 anos		143	145	137
Meta		130	130	144
Descrição do indicador	Número de unidades de conservação com visitação monitorada			
Método de cálculo	Somatório das unidades de conservação com visitação monitorada no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	111,53%	95,13%
Fonte	DIMAN			

INDICADOR 6

Resultados do indicador nos últimos 3 anos		847	840	849
Meta		690	720	720
Descrição do indicador	Número de ações de fiscalização de proteção ambiental realizadas nas UC			
Método de cálculo	Somatório das ações de fiscalização de proteção ambiental realizadas no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	116,66%	117,91%
Fonte	DIMAN			

INDICADOR 7

Resultados do indicador nos últimos 3 anos		6	6	10
Meta		2	4	4
Descrição do indicador	Número de Termos de Compromisso elaborados em Unidades de Conservação Federais para Gestão de Interfaces Territoriais com Populações Tradicionais			

Método de cálculo	Somatório de Termos de Compromisso elaborados no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	150%	250%
Fonte	DISAT			

INDICADOR 8

Resultados do indicador nos últimos 3 anos		1507	2381	3354
Meta		300	1200	1600
Descrição do indicador	Número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período			
Método de cálculo	Somatório do número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período			
Informações adicionais	Percentual do cumprimento da meta	100%	198,41%	209,62%
Fonte	DISAT			

Fonte: Portaria MMA nº446, de 28 de setembro de 2021, Portaria GM/MMA nº 211, de 22 de agosto de 2022, Portaria GM/MMA nº 628, de 7 de agosto de 2023

G) INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

1 - O órgão ou entidade adota os componentes da Plataforma de Cidadania Digital nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016?

Se sim, informar quais são e qual o percentual de serviços públicos

Sim, o ICMBio adota a Plataforma gov.br (Redação dada pelo Decreto nº 10.900/2021) no portal único gov.br, a ferramenta de solicitação e acompanhamento dos serviços públicos, a ferramenta de avaliação da satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados. Ademais, adota ações para permitir o acesso

digitais ofertados.

dos servidores, dos aposentados e dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais, por meio do endereço eletrônico do órgão disponível na internet, plataforma de aplicativos SOUGOV, rede intranet etc.

2 - O órgão ou entidade utiliza a rede do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Rede Siconv?

Sim, discorrer sobre os benefícios e desafios encontrados.

Sim, o ICMBio utiliza a Rede Siconv e as transferências de recursos são feitas pelo Transferegov.

3 - O órgão ou entidade já adota o sistema de processo eletrônico administrativo e de soluções informatizadas de contratações e gestão patrimonial, em conformidade com os atos normativos editados pelo órgão central do Sistema de Administração de Serviços Gerais - SISG?

Se sim, informar que soluções são utilizadas atualmente.

Sim, a solução de gestão patrimonial está sendo implementada e o Instituto já adota o sistema de protocolo eletrônico administrativo e as soluções informatizadas de contratações. O ICMBio instituiu o SEI como o seu sistema eletrônico de informações. Quanto aos demais processos relacionados ao PEN, informamos que o ICMBio está em fase final de implantação

do Barramento e implantação do Peticionamento Eletrônico. O SCDP é utilizado para a emissão de diárias e passagens de todas as áreas finalísticas e administrativas.

H) INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES EM GERAL

1 - Existe no órgão ou entidade plano anual de contratações, em conformidade com os atos normativos editados pelo órgão central do SISG?

Os Planos de Contratações Anuais dos exercícios de 2023 e 2024 do ICMBio estão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Os links para consulta e download dos relatórios dos itens por qualquer cidadão são os que seguem:

Se sim, especificar.

2023 -

<https://pncp.gov.br/app/pca/08829974000194/2023>;

2024 -

<https://pncp.gov.br/app/pca/08829974000194/2024>.

2 - O órgão ou entidade participa das iniciativas de contratação de bens e serviços compartilhados ou centralizados conduzidas pela Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia?

No exercício de 2023, o ICMBio aderiu como carona em 1 (uma) Ata de Registro de Preços de

Se sim, informar quais são.

contratação planejada e conduzida pela Central de Compras, a saber:

Processo nº: 02070.010593/2022-38; Contratos nº: 22/2023, 21/2023, 20/2023, 19/2023, 18/2023, 17/2023, 16/2023 e 15/2023; Objeto: Contratação conjunta de prestação de serviço móvel pessoal (SMP - dados móveis e voz), Gestão de Dispositivos Móveis (MDM) e opção de aparelhos móveis em comodato; Adesão à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2022 da CENTRAL DE COMPRAS, da SECRETARIA DE GESTÃO, da SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL.

Já em 2024, até o presente momento, o Instituto participa apenas na iniciativa de Contratação de subscrição de licenças do produto Adobe Creative Cloud All Apps e do Adobe Acrobat Professional de modo que atenda as necessidades de edição gráfica e documental de arquivos do tipo Portable Document Format (PDF), gerenciada pela Central de Compras. (Processo nº 02070.018307/2023-63).

I) INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES JUDICIAIS

1 - O órgão ou entidade possui ações judiciais no SICAJ pendentes de recadastramento no módulo de ações judiciais do Sigepe?

Se sim, quantificar.

Não. Estão todas, na presente data, estão cadastradas e dentro do seu respectivo prazo.

2 - O órgão ou entidade possui plano de ação pactuado com o órgão central do Sipec para recadastramento de ações judiciais do SICAJ no módulo de Ações Judiciais do Sigepe?

Se sim, qual a previsão de término do recadastramento?

As Ações Judiciais do SIGEPE, com o objetivo de aprimorar os procedimentos de execução, em folha de pagamento, das decisões judiciais relativas à gestão de recursos humanos, em ações movidas contra a União são realizadas no âmbito do Módulo de Ações Judiciais do SIGEPE para conferir mais segurança e agilidade ao processo de cumprimento das decisões judiciais. Este ICMBio atua diariamente e diretamente na gestão das Ações Judiciais com fluxo e trâmites alinhados e institucionalizado com o órgão central, o qual envolve no fluxo do processo o Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima - MMA e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI, cada qual com suas funções segregadas e responsabilidades desenhadas.

J) INFORMAÇÕES SOBRE CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA

1 - O órgão ou entidade possui sistema de controle eletrônico de frequência?

Se sim, informar qual

Não

Se não, qual o motivo?

Estamos em tratativas junto ao MGI para implantação de ferramenta específica que possa atender as peculiaridades do órgão no que se refere a descentralização das unidades

e a execução das ações em campo.

2 - O órgão ou entidade implementou Programa de Gestão, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 31 de agosto de 2018?

Se sim, informar quais os benefícios e resultados identificados pelo órgão ou entidade.

Sim, melhor aproveitamento da força de trabalho, realizando movimentações para unidades organizacionais diferentes do município de moradia do servidor. Atualmente, estão sendo realizadas adequações ao Programa de Gestão do Desempenho - PGD, de acordo com a IN/MGI nº 24/2023, considerando as entregas das unidades de execução e o novo sistema disponibilizado pelo MGI.



DIREÇÃO
CONCURSOS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Nota Técnica nº 1007/2024/CGGP/DIPLAN/GABIN/ICMBio

Brasília, 11 de abril de 2024.

Assunto: Solicitação de autorização para abertura de concurso público para provimento de cargos vagos.

1. DESTINATÁRIO

1.1. Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN

2. INTERESSADO

2.1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

3. REFERÊNCIAS

3.1. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes;

3.2. Lei nº 10.410, de 10 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente;

3.3. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

3.4. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

3.5. Decreto nº 11.193, de 08 de setembro de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;

3.6. Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;

3.7. Decreto nº 7.937, de 19 de fevereiro de 2013, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar de Auxiliar Administrativo, da carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002;

3.8. Decreto nº 4.293, de 2 de julho de 2002, que regulamenta o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e dá outras providências;

3.9. Portaria ICMBio nº 607, de 28 de setembro de 2021, que institui o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe como ferramenta de diagnóstico e avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

3.10. Portaria ICMBio nº 306, de 20 de abril de 2022, que institui a Política de Remoção e regulamenta no âmbito do ICMBio, a remoção, a alteração de lotação, o recrutamento para remoção, o Concurso Interno de Remoção (CIR) e os critérios para a distribuição e definição do Quadro de Distribuição de Servidores (QDS);

3.11. Instrução Normativa ME nº 2, de 27 de agosto de 2019, que dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;

3.12. Instrução Normativa ICMBio nº 5 de 19 de maio de 2016, que estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1. SUMÁRIO EXECUTIVO

4.1.1. Trata-se de solicitação de autorização para abertura de **concurso público** para o provimento dos **cargos vagos** presentes nos quadros de pessoal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, assim distribuídos: 534 cargos de Analista Ambiental, 571 cargos de Analista Administrativo, 31 cargos de Técnico Ambiental e 13 cargos de Técnico Administrativo.

4.1.2. A presente proposta de realização de concurso público visa o provimento de servidores em todos os estados brasileiros com **expectativa de inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA de 2025**, conforme art. 4º do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e proposta de nomeação dos aprovados no 2º semestre de 2025.

4.2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

4.2.1. O ICMBio é uma autarquia federal, de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, com autonomia administrativa e financeira e dotada de personalidade jurídica de direito público. Foi criado por meio da Medida Provisória nº 366/2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.516/2007, e tem por missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

4.2.2. A Lei nº 11.516/2007, em seu art. 1º, estabeleceu as finalidades do ICMBio:

- I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação - UCs instituídas pela União;
- II - executar políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UCs de uso sustentável instituídas pela União;
- III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs instituídas pela União; e
- V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas UCs, onde essas atividades sejam permitidas.

4.2.3. O Decreto nº 11.193/2022, que revoga o Decreto nº 10.234/2020, atualizou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do ICMBio, remanejou cargos em comissão e funções de confiança e transformou cargos em comissão. O artigo 2º do Decreto enumera trinta atribuições em âmbito federal, ressalvadas as competências dos órgãos e das entidades integrantes do SISNAMA e observadas as diretrizes estabelecidas pelo MMA.

4.2.4. A estrutura organizacional do ICMBio é composta por:

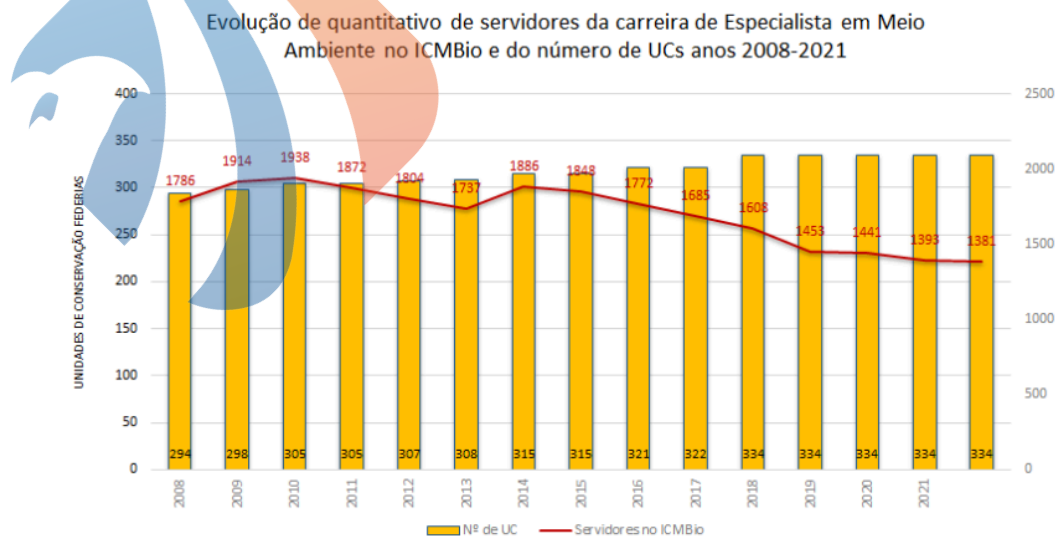
- I - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente do Instituto Chico Mendes: Gabinete;
- II - órgãos seccionais.
 - a) Procuradoria Federal Especializada;
 - b) Auditoria Interna;
 - c) Corregedoria; e
 - d) Diretoria de Planejamento, Administração e Logística;
- III - órgãos específicos singulares:
 - a) Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação;
 - b) Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação; e
 - c) Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade;
- IV - unidades descentralizadas:
 - a) 5 Gerências Regionais: 338 Unidades de Conservação I e II, e 1 Unidade Especial Avançada.
 - b) 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação; e
 - c) 1 Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBio.
- V - órgão colegiado: Comitê Gestor, composto pelo Presidente e os diretores.

4.2.5. O ICMBio é encarregado da administração e gestão de 338 UCs federais, dentre as quais duas foram recém-criadas e estão em fase de consolidação, distribuídas em todos os biomas brasileiros, que compreendem cerca de 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e de 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva), conforme [Relatório de Gestão Integrado 2023](#).

4.2.6. As UCs que fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC são divididas em dois grupos, cada um com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, conforme estabelecido na Lei nº 9.985/2000.

4.2.7. No atual cenário, para cumprir a nobre missão institucional deste Instituto, conta-se com uma força de trabalho de, aproximadamente, 3.453 agentes temporários ambientais - ATAs e 1.739 servidores efetivos da carreira de especialista em meio ambiente, dentre analistas ambientais e administrativos, técnicos ambientais e administrativos e auxiliares administrativos e de outras situações funcionais (fonte: SIAPE/CGGP, em março de 2024), sendo responsáveis pela gestão de aproximadamente 171.4 milhões de hectares.

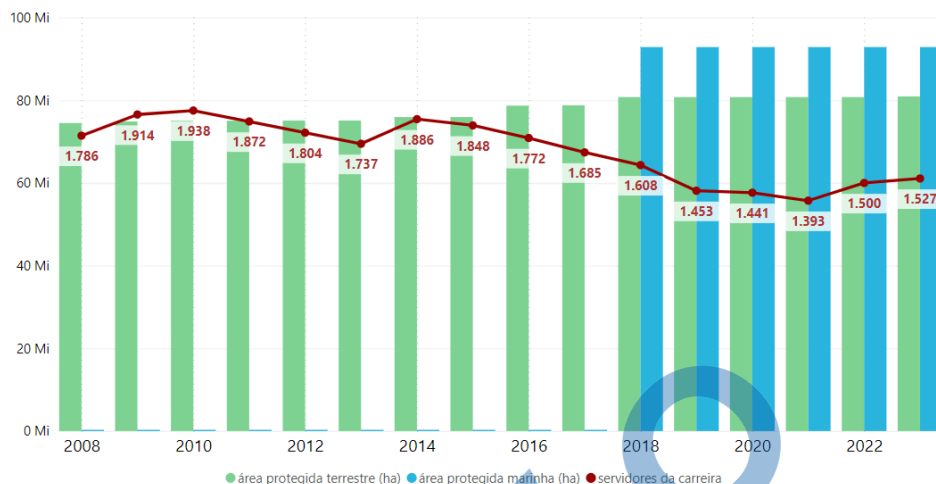
4.2.8. É relevante destacar a regressão do número de servidores ao longo dos anos, desde a criação do ICMBio, em 2008, até o último senso de dados obtido, em 2022, e tecer uma comparação com o quantitativo de UCs, conforme ilustramos abaixo:



4.2.9. Cumpre esclarecer que os dados consolidados após o ano de 2022 só serão passíveis de utilização a partir de 20 de maio de 2024, data em que o ciclo se encerra, conforme Despacho Interlocutório da Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação - DMAG (SEI nº [18250923](#)). Assim, estão sendo utilizados os últimos dados obtidos para elaboração do presente documento.

4.2.10. Outro dado significativo que merece atenção é a comparação entre o quantitativo de servidores e a extensão total de área protegida que o ICMBio tem a obrigação legal de gerenciar, conforme evidenciado no gráfico a seguir:

Evolução do quantitativo de servidores de carreira e da área protegida em UCs federais



4.2.11. Por fim, cabe destacar que, proporcionalmente, significa dizer que **cada servidor lotado em UC federal é responsável pela gestão de, pelo menos, 104.425 km² de área terrestre protegida**, conforme informação do Quadro a seguir:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Servidores no ICMBio	1.786	1.914	1.938	1.872	1.804	1.737	1.886	1.848	1.772	1.685	1.608
Área terrestre protegida (km ²)	73.607.240	73.888.498	73.950.758	73.951.932	74.006.237	74.007.851	74.843.580	74.843.580	77.545.040	77.624.348	79.362
Área marinha protegida (km ²)	1.591.215	1.688.736	1.820.977	1.820.977	1.820.977	1.822.337	1.831.219	1.831.219	1.898.691	1.898.691	92.419
Nº de UC	294	298	305	305	307	308	315	315	321	322	332
Média servidor ICMBio por UC	6,1	6,4	6,4	6,1	5,9	5,6	6,0	5,9	5,5	5,2	4,8
Área terrestre protegida (km ²) por servidor ICMBio	41.213	38.604	38.158	39.510	41.023	42.607	39.684	40.500	43.761	46.068	49,3

Área terrestre prote

4.2.12. Com o propósito de atingir a máxima efetividade na gestão e fornecer valor público à sociedade brasileira, o ICMBio, ao longo de sua trajetória, tem buscado estabelecer abordagens efetivas e distintivas para a conservação da sociobiodiversidade. Nessa direção, adotou como modelo de gestão a arquitetura de processos, que consiste no desdobramento da cadeia de valor em macroprocessos, processos e subprocessos, além do planejamento estratégico integrado (MMA, ICMBio e IBAMA), concebido com um horizonte temporal de quatro anos, coincidindo com o PPA. É de suma importância destacar que a **principal estratégia do ICMBio** para alcançar seus objetivos estratégicos e metas institucionais reside em **fortalecer a presença institucional nas UCs**, promovendo o reforço das equipes locais em suas atividades de fiscalização, pesquisa, apoio às comunidades tradicionais, monitoramento da conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados, manejo integrado do fogo, visitação, entre outras, com base na conservação das áreas protegidas.

4.2.13. A medida primordial para atender a essa estratégia institucional consiste na **realização de concurso público visando ao preenchimento de cargos vagos, sendo este o propósito do atual processo em questão.**

4.2.14. Com o intuito de **justificar e qualificar** a demanda por concurso público, será apresentado a seguir o detalhamento das ações e áreas de atuação, identificando os macroprocessos, produtos e serviços prestados por esta Autarquia na gestão das unidades de conservação e que são coordenados e executados pelos servidores:

4.2.15. Fiscalização

4.2.15.1. Com a finalidade de implementar as estratégias institucionais, as ações de fiscalização do ICMBio podem ser classificadas em dois tipos: rotina e operação. As ações de rotina são atividades que exigem menor logística para execução, com frequência regular e, geralmente, com equipe local de servidores. Já as operações são ações mais complexas, seja por questões técnicas ou de logística, que necessitam de planejamento mais minucioso quanto à operacionalização e aos custos, podendo ser necessário o recrutamento de fiscais de outras localidades e até servidores de outras instituições (Polícia Federal, Força Nacional etc). Existem, complementarmente, grandes ações de proteção de caráter permanente, especialmente na Amazônia Legal e na extensão da BR-163 (rodovia que se estende do extremo norte do Pará até o estado do Rio Grande do Sul). Estas ações demandam grandes montantes de recursos financeiro e de logística e, consequentemente, grande contingente de servidores para viabilizar sua execução. A fim de atender a esta demanda faz-se necessário que o Instituto possua maior número de agentes de fiscalização para a prevenção e enfrentamento aos crimes ambientais, pois a relação entre o total de hectares a serem protegidos e o número total de fiscais existentes é desproporcional, impossibilitando uma atuação mais contumaz na agenda da proteção ambiental.

4.2.16. Regularização Fundiária

4.2.16.1. A regularização fundiária das UCs constitui um dos processos mais estratégicos para a consolidação e efetividade das áreas protegidas. Ela abrange uma série de processos que têm a finalidade de transferir os imóveis e as benfeitorias localizados no perímetro da área protegida para o patrimônio público. O ato de criação de uma UC não estabelece automaticamente a transferência de domínio dos imóveis existentes para o órgão gestor respectivo. Para tanto, no caso das UCs federais, é necessário que se proceda a identificação e a transferência de domínio ou da posse de todos os imóveis contidos no seu interior para o ICMBio. Por isso, a legislação estabelece os mecanismos de compra da terra e de indenização das benfeitorias aos legítimos proprietários. Todavia, trata-se de processos complexos que envolvem, por exemplo, o exame da cadeia dominial de cada um dos imóveis. Uma das atividades prévias para a realização dessa modalidade é a certificação dos imóveis rurais, o que exige o trabalho complexo e especializado de análise dominial e georreferenciamento de acordo com a Instrução Normativa nº 5/2016. No entanto, o atual corpo técnico do Instituto especializado na temática é extremamente reduzido e insuficiente para atuar na agenda. Tal condição limita a descentralização das ações administrativas e não permite inserir metas mais ousadas, essencial para dinamizar e agilizar a conclusão dos processos de regularização fundiária. Para a efetivação das ações de consolidação territorial, é necessário dotar as unidades organizacionais de condições de trabalho mais adequadas, realinhando o esforço operacional de gestão com incremento da força de trabalho.

4.2.17. Autorização para o Licenciamento Ambiental

4.2.17.1. O procedimento de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA é uma parte do licenciamento ambiental e visa avaliar os impactos dos empreendimentos que possam afetar UCs federais ou zonas de amortecimento. Ressalta-se que o número de autorizações varia entre um ano e outro, pois são demandas externas, por solicitação dos órgãos licenciadores; contudo, a resposta ofertada dentro do prazo legalmente previsto gera credibilidade na prestação

do serviço à sociedade, bem como auxilia na implantação dos projetos. Os técnicos envolvidos no procedimento de ALA analisam processos de relevante interesse para o país, em especial àqueles relacionados à instalação de infraestrutura, de geração e transmissão de energia e outros serviços oferecidos pelos governos federal, estadual e municipal. Os servidores atuam na avaliação dos processos, com produção de documentos técnicos, vistorias, pareceres, de forma a subsidiar a tomada de decisão pelas instâncias superiores. Tornando assim, o ICMBio, importante fomentador ao incremento do potencial econômico do país. Em destaque, algumas das principais tipologias de empreendimentos que esta Autarquia atua na área de autorização para o licenciamento ambiental:

- I - Infraestrutura viária e ferroviária;
- II - Sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica;
- III - Geração de energia elétrica, como hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas e nucleares;
- IV - Exploração de petróleo e gás;
- V - Exploração de recursos minerais;
- VI - Portos e dragagem.

4.2.18. Manejo Integrado do Fogo - MIF

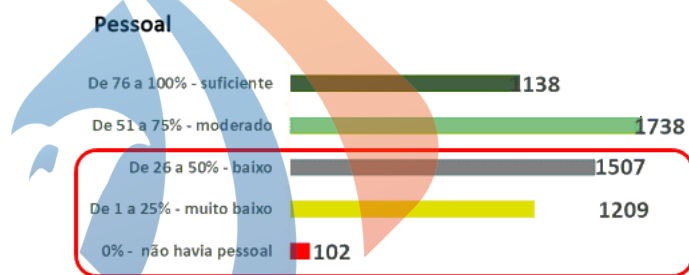
4.2.18.1. O objetivo estratégico vinculado a esta ação é o de "promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir a ocorrência e os danos causados pelos incêndios florestais". Incêndios florestais e queimadas irregulares nas áreas naturais do Brasil representam um enorme desafio para a conservação da biodiversidade. O Plano de Manejo Integrado do Fogo - MIF é um instrumento entendido como planejamento específico do Plano de Manejo, utilizado para organizar as ações de prevenção e combate a incêndios florestais. Vale ressaltar que manejo integrado do fogo é uma abordagem que considera aspectos ecológicos, socioculturais e técnicos. Pode propor o uso de queimas prescritas, em ambientes específicos, no final do período chuvoso, com vistas a garantir a conservação e o uso sustentável de ecossistemas. O objetivo é mostrar que o fogo pode ter impactos negativos e positivos, a depender de como, onde, quando e do porquê é utilizado, apresentando-se como uma estratégia para a redução de incêndios e para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Dentre algumas premissas necessárias, destacam-se: maior integração com as comunidades do interior e entorno da UC, com o objetivo de reduzir o número de ignições indesejadas; o estabelecimento de uma linha de pesquisa sobre ecologia do fogo com a formação de uma rede de pesquisadores cujo objetivo seja a geração, disseminação e transferência de conhecimento adquirido ao longo do processo e monitoramento e avaliação do Plano do MIF, de forma a subsidiar a tomada de decisões de manejo. Para a execução dessas ações é necessária uma força de trabalho especializada, com conhecimento técnico na temática, que pode e deve ser adquirido por meio de capacitações específicas, e presente em todas as UCs, além da contratação de Brigadistas (Agentes Temporários Ambientais) que atuam conjuntamente aos servidores.

4.2.19. Monitoramento da Biodiversidade

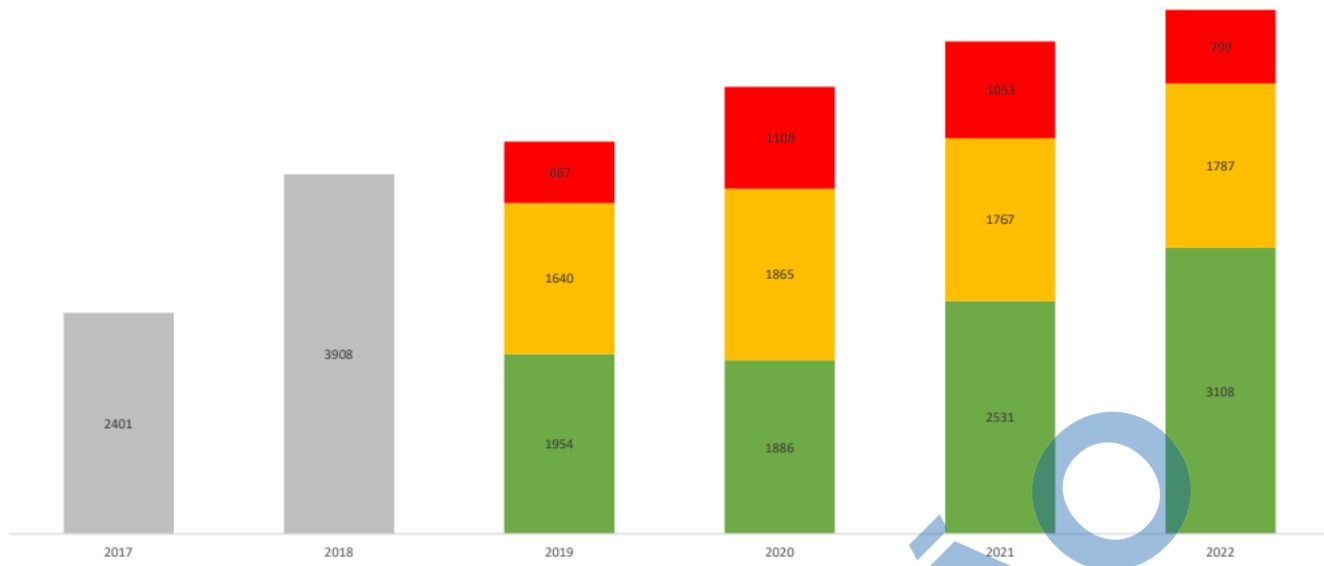
4.2.19.1. O Programa Monitora caracteriza-se por atividade permanente e de longa duração, voltado ao monitoramento de fauna e flora localmente e em UCs de todos os biomas brasileiros. Esse Programa visa o atendimento tanto de respostas locais quanto sistêmicas, para atender demandas individuais dessas áreas protegidas e também análises sobre o sistema de unidades de conservação. Para tanto, os servidores públicos são envolvidos desde o momento da capacitação, à coleta e análise de dados, bem como na confecção de relatórios e devolutivas para comunidades locais para aprimoramento das atividades de gestão de cada área. Atualmente contamos com número de servidores insuficiente em cada um dessas áreas para assegurar adequada implementação, manutenção e consecução deste importante Programa.

4.2.20. Efetividade de gestão das UCs

4.2.20.1. Avaliar a efetividade de gestão das UCs federais, além de possibilitar que a gestão seja orientada com base em dados e informações, visando apontar o impacto da política pública para a conservação da socio-biodiversidade nos territórios especialmente criados, dando maior visibilidade ao propósito da Instituição, além de mostrar quais são os fatores positivos ou limitantes, e quais são as ações desempenhadas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Para tal avaliação, o ICMBio adota o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe, instrumento regulamentado pela Portaria ICMBio nº 607/2021. O SAMGe analisa a efetividade de gestão a partir de uma adaptação dos indicadores globais de efetividade, descritos pela UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza): Resultados, Produtos e Serviços, Contexto, Planejamento, Insumos e Processos. O indicador "Insumos" é analisado sob quatro perspectivas: recurso financeiro, pessoal, capacidade técnica e equipamento, e avalia a disponibilidade de recursos e a factibilidade ou forma como os diferentes componentes dos insumos contribuem para a execução das ações de manejo planejadas. Observa-se nas leituras permanentes do sistema que **a disponibilidade de pessoal para as ações de manejo da UC, apresenta-se como o item mais deficitário para o ICMBio**. Além disso, a maior parte das ações de manejo necessitaram de moderado a muito apoio externo para as suas execuções, principalmente em relação a pessoal e recursos financeiros. Por si só, esta leitura já **justifica a necessidade de incremento de pessoal nas UC e gerências regionais**.



4.2.20.2. As 5.694 ações de manejo mapeadas no diagnóstico do SAMGe representam ações desenvolvidas pelos servidores do ICMBio nas UC, sendo que 2.818 ações não possuíam pessoal ou possuíam em quantitativo insuficiente para a sua realização, acarretando ao menos em 605 ações não realizadas. Em grande parte das ações executadas, isto somente se efetivo com o apoio de parcerias ou projetos externos, que foram fundamentais para a disponibilização de pessoal por de contratações ou cessões.

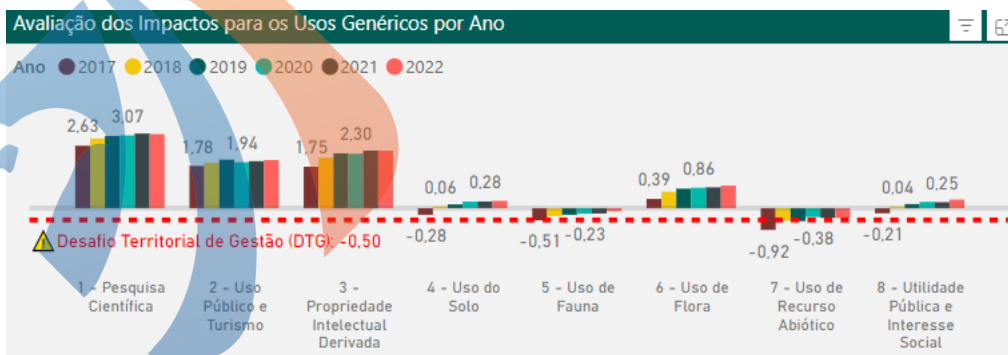


4.2.20.3. As 799 ações de manejo identificadas e não realizadas compreendem 243 UCs, e se filtramos para as ações com restrições de pessoal, teremos 605 ações comprometidas, envolvendo 194 UCs.

- Gerir atividades de pesquisa e gestão do conhecimento
- Realizar a fiscalização
- Manter a rotina administrativa
- Realizar o monitoramento da biodiversidade
- Garantir a infraestrutura para a realização das atividades
- Outros



4.2.20.4. Os cinco principais processos geridos pelo ICMBio e que representam 44,8% das ações de manejo planejadas em 2022, estão relacionados com a Proteção, Pesquisa, Suporte Operacional, Gestão Participativa e Uso Público. No entanto, as ações de manejo que são diretamente afetadas pela restrição de pessoal estão relacionadas com a gestão das atividades de pesquisa e gestão do conhecimento, ações de fiscalização, rotinas administrativas, monitoramento da biodiversidade e regularização fundiária.



4.2.20.5. Novamente restringindo a seleção para as UCs com comprometimento de pessoal, identificamos que as ações mais comprometidas estão relacionadas com as ações de fiscalização, gestão das atividades de pesquisa e do conhecimento, rotinas administrativas, monitoramento da biodiversidade e regularização fundiária.



4.2.20.6. Diante das inúmeras atribuições que lhe são de competência, com destaque para as nesta NT elencadas, faz-se imprescindível a realização de concurso público para dar mais robustez ao quadro funcional, com o intuito de reforçar seu corpo técnico qualificado, que se encontra comprovadamente defasado.

4.3. IMPLEMENTAÇÃO E CRONOGRAMA

4.3.1. Abaixo seguem informações sobre o calendário previsto, no caso de atendimento ao pleito:

- I - Publicação de Edital: 2º Semestre de 2024;
- II - Provas: 1º Semestre de 2025;
- III - Resultado Final e Homologação: 1º Semestre de 2025;
- IV - **Nomeações: 2º Semestre de 2025.**

4.4. IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

4.4.1. No caso de atendimento à demanda, listamos abaixo os possíveis impactos diretos e indiretos na prestação de serviços à sociedade e em políticas públicas:

- I - Aumento das ações de proteção ambiental e combate a incêndios ambientais, de modo a garantir conservação da biodiversidade brasileira;
- II - Ampliação dos processos de uso público nas UCs federais;
- III - Ampliação de estudos visando expandir o número de concessões de serviços de apoio à visitação de Parques Nacionais;
- IV - Autorização de processos de licenciamento ambiental, quando empreendimentos ou atividades afetarem UCs federais ou suas zonas de amortecimento;
- V - Maior celeridade no atendimento às demandas por manifestação nos processos de licenciamento ambiental;
- VI - Regularização fundiária com a identificação e a transferência de domínio ou da posse de todos os imóveis contidos no interior das UCs para o ICMBio;
- VII - Aumento das ações de proteção ambiental e combate a incêndios ambientais, de modo a garantir conservação da biodiversidade brasileira;
- VIII - Aumento do número de espécies ameaçadas com Plano de Ação Nacional publicado;
- IX - Aumento do número de ações de monitoramento da biodiversidade.

4.5. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

4.5.1. O provimento dos cargos solicitados terá impacto anual aproximado na folha de pagamento, no caso de nomeação de todas as vagas solicitadas neste documento, no exercício de 2025 de R\$171.735.094,42 (cento e setenta e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos); 2026 de R\$200.099.904,76 (duzentos milhões, noventa e nove mil novecentos e quatro reais e setenta e seis centavos) e no exercício de 2027 de R\$206.578.601,89 (duzentos e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil seiscentos e um reais e oitenta e nove centavos). A memória de cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro dos exercícios de 2025, 2026 e 2027 está representada na planilha constante neste processo (SEI nº [18300761](#)).

4.6. ANÁLISE

4.6.1. Ao longo dos dezesseis anos de existência, o ICMBio vem buscando constituir equipes em suas unidades organizacionais, em especial nas UCs e NGI da Amazônia Legal. Até a presente data, a autarquia obteve do antigo Ministério da Economia (atual Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos) autorização para realizar três concursos públicos (Edital nº 1 – ICMBio, de 21 de outubro de 2008; Edital nº 1 – ICMBio, de 10 de janeiro de 2014 e Edital nº 1 – ICMBio, de 26 de novembro de 2021) e nos três certames, houve vagas para a Amazônia Legal. No entanto há, ainda, grande déficit de servidores em exercício, em especial nas UCS e NGIs de todo o país.

4.6.2. O atual corpo técnico institucional, conforme demonstrado anteriormente, é extremamente reduzido para desempenhar as muitas e complexas atribuições deste Instituto. Tal condição limita também a descentralização de ações administrativas, essencial para dinamizar e agilizar a conclusão de diversos processos finalísticos. Para uma maior efetivação das ações, o cenário ideal seria realinhar o esforço operacional de gestão com incremento da força de trabalho.

4.6.3. A situação relatada é agravada pela quantidade de processos de aposentadorias, que em curto prazo representam grande redução do quadro de pessoal. Segue quadro demonstrativo da previsão de aposentadorias nos cinco anos subsequentes à esta solicitação:

Cargos	Nível de escolaridade dos Cargos	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Analista Ambiental	Nível Superior	6	11	6	14	25	14
Analista Administrativo	Nível Superior	1	2	-	-	-	-
Técnico Ambiental	Nível Intermediário	3	4	2	2	1	-
Técnico Administrativo	Nível Intermediário	13	11	4	5	2	5
Auxiliar Administrativo	Nível Auxiliar	-	3	3	-	-	2

Total da previsão de aposentadorias/ano	*	23	31	15	21	28	21
---	---	----	----	----	----	----	----

4.6.4. Abaixo encontram-se detalhadas as **atribuições** e requisitos de cada cargo a serem solicitados no concurso público e a definição das vagas e locais propostos para a realização das provas:

I - ANALISTA AMBIENTAL

a) Requisito: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior ou habilitação legal equivalente em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

b) Descrição sumária das atividades: planejamento ambiental, organizacional e estratégico afeto à execução das políticas nacionais de meio ambiente, formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades: regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.

c) Vagas: 534 vagas. Lotação: nacional

d) Provas: As provas serão realizadas nas capitais e a nível nacional devendo o candidato optar, no ato da inscrição, pela cidade onde realizará as provas e pela Unidade Federativa para a qual concorrerá à vaga.

II - ANALISTA ADMINISTRATIVO

a) Requisito: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

b) Descrição sumária das atividades: exercício de todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do ICMBio, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

c) Vagas: 571 vagas. Lotação: nacional

d) Provas: As provas serão realizadas nas capitais dos Estados e a nível nacional, devendo o candidato optar, no ato da inscrição, pela cidade onde realizará as provas e pela Unidade Federativa para a qual concorrerá à vaga.

III - TÉCNICO AMBIENTAL

a) Requisito: certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

b) Descrição sumária das atividades: prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades dos analistas ambientais, execução de atividades de coleta; seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas; e orientação e controle de processo voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.

c) Vagas: 31 vagas. Lotação: nacional

d) Provas: As provas serão realizadas nas capitais dos Estados e a nível nacional, devendo o candidato optar, no ato da inscrição, pela cidade onde realizará as provas e pela Unidade Federativa para a qual concorrerá à vaga.

IV - TÉCNICO ADMINISTRATIVO

a) Requisito: certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

b) Descrição sumária das atividades: atuação em atividades administrativas e logísticas de apoio relativas ao exercício das competências institucionais e legais a cargo do ICMBio, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

c) Vagas: 13 vagas. Lotação: nacional

d) Provas: As provas serão realizadas nas capitais dos Estados e a nível nacional, devendo o candidato optar, no ato da inscrição, pela cidade onde realizará as provas e pela Unidade Federativa para a qual concorrerá à vaga.

4.6.5. Visando qualificar e quantificar o **perfil dos candidatos que se pretende recrutar** para ocupar as Unidades Organizacionais - UORGs do ICMBio e desempenhar as atribuições e competências previstas na legislação da carreira de especialista em meio ambiente, no planejamento estratégico, no regimento interno e demais documentos legais, foi realizado o mapeamento de competências pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas.

4.6.5.1. A gestão por competências objetiva gerenciar as lacunas de competências para subsidiar a tomada de decisão em diversos processos de gestão de pessoas, como captação e desenvolvimento de pessoal. Com a adoção desse modelo, o Instituto reforça o alinhamento da gestão de pessoas aos objetivos estratégicos organizacionais, potencializando a força de trabalho institucional no sentido de maximizar a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, que é a missão do Instituto.

4.6.5.2. A partir desses estudos, cabe-nos destacar que faz parte do escopo desta solicitação de concurso a identificação das competências organizacionais e individuais, e consequentemente os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários aos ocupantes dos cargos de Analista Ambiental e Administrativo e Técnico Ambiental e Administrativo para o exercício de suas atribuições no âmbito das unidades organizacionais, conforme descrito abaixo.

4.6.5.3. No âmbito do ICMBio, as competências são classificadas em organizacionais e individuais. As organizacionais são atributos que tornam a organização eficaz, entendidas como as capacidades necessárias para que o Instituto alcance seus objetivos e gere valor público para a sociedade, sendo que seu alcance dessas competências depende das competências individuais.

4.6.5.4. Atualmente as competências organizacionais são:

Nome da Competência	Descrição da Competência
Estratégias para a conservação de espécies ameaçadas e ecossistemas	Desenvolver e implementar ferramentas integradas para avaliação, conservação e manejo de espécies ameaçadas de extinção e ecossistemas para melhoria da condição das espécies e das áreas protegidas
Gestão estratégica de pessoas	Propor estratégias e ações que visem a integração, valorização, formação e desenvolvimento dos servidores do ICMBio, alinhadas aos objetivos estratégicos do instituto, com vistas à saúde, qualidade de vida do trabalhador e qualificação do desempenho individual e institucional
Inovação	Propor inovações teóricas, procedimentais e/ou tecnológicas, resultado da aprendizagem aplicada, a serem adotadas pelo instituto para ampliar soluções colaborativas, conectar conhecimentos e dirimir retrabalhos
Participação social	Planejar estratégias e ações de comunicação institucional para mobilizar a participação da sociedade civil em políticas e ações

	para a conservação da biodiversidade
Planejamento e gestão integrais	Planejar e avaliar informações e soluções integrais, sistêmicas e tempestivas de acordo com a segurança e qualidade dos dados, com atualização permanente
Promoção e articulação de parcerias	Identificar, interagir e manter parcerias com instituições públicas, sociedade civil, segmento empresarial e outras organizações para fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e benefícios aos povos e comunidades tradicionais, de acordo com os objetivos estratégicos do órgão
Promoção e articulação de políticas públicas	Estabelecer Políticas Públicas para fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e benefícios aos povos e comunidades tradicionais, de acordo com os objetivos estratégicos do órgão
Proteção Socioambiental	Exercer o poder de polícia, por meio da fiscalização, licenciamento e demais limitações administrativas de forma eficiente e segura
Transparência, ética e identidade institucional	Agir no exercício de sua função e fora dele, de acordo com as normas e princípios institucionais, e o Código de Ética profissional, identificando as implicações das ações e fortalecendo a imagem institucional
Uso econômico e não-econômico dos recursos naturais	Desenvolver e implementar o uso responsável do espaço nas unidades de conservação, considerando a qualidade de vida e serviços ambientais prestados, de acordo com as exigências legais e de sustentabilidade
Visitação Pública	Propor ações para ampliação da visitação pública voltada à recreação, à interpretação ambiental e ao ecoturismo em unidades de conservação federais, de acordo com a legislação vigente

4.6.5.5. Já as competências individuais são descritas como comportamentos observáveis e mensuráveis, emitidas pelos indivíduos em seu ambiente de trabalho para o alcance dos objetivos da organização. Elas são divididas em gerenciais, transversais e técnicas.

4.6.5.6. As Gerenciais são atributos que descrevem comportamentos requeridos para aqueles que exercem funções de supervisão, direção ou chefia. São elas: Análise de Cenário, Decisões Estratégicas, Delegar Tarefas, Devolutiva (feedback), Gestão da Informação, Gestão da Motivação, Gestão de Conflitos, Gestão de Mudanças, Negociação, Orientação Estratégica, Planejamento, Representação, Supervisão de Atividades, Visão Estratégica, Visão Sistêmica.

4.6.5.7. As Transversais representam os comportamentos em comum a todos os servidores. Segue abaixo a relação das competências transversais mapeadas pelo ICMBio, bem como aquelas descritas pela Instrução Normativa SGP-ENAP/MGI nº 11 de 27 de março de 2024, que trata das competências transversais de um setor público de alto desempenho:

Atendimento ao Público Interno e/ou Externo	Responder às demandas do público, interno ou externo, considerando a natureza da solicitação, as características do solicitante, obedecendo normas de civilidade e ética e legislação pertinente.
Autocontrole	Autorregular as próprias emoções, empregando técnicas de controle e identificando elementos ambientais potencialmente estressores
Autoavaliação	Identificar os pontos positivos e negativos de seu próprio comportamento, por meio de seu desempenho no ambiente de trabalho.
Autogerenciamento	Organizar e realizar suas tarefas e compromissos profissionais de acordo com sua natureza, considerando os níveis de prioridade, os prazos e os objetivos da unidade.
Comunicação Escrita	Comunicar-se por escrito, considerando a demanda exposta, a linguagem do interlocutor e a legislação vigente, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa brasileira, Manual da Presidência da República ou outra legislação pertinente.
Comunicação Oral	Comunicar-se na forma oral identificando corretamente a solicitação do ouvinte e respondendo-a objetivamente, em linguagem apropriada ao interlocutor utilizando técnicas de oratória.
Direito Administrativo	Aplicar legislações e princípios do direito administrativo no exercício das funções administrativas desempenhadas pela Administração Pública
Diversidade e inclusão	Capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambiente de trabalho nos quais as pessoas sejam acolhidas em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.
Flexibilidade	Avaliar ideias e opiniões de acordo com os objetivos estabelecidos, considerando suas vantagens e desvantagens e obedecendo às normas de conduta e ética da instituição.
Foco nos Resultados para os Cidadãos	Capacidade para superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas, garantindo atendimento das necessidades dos usuários e cidadãos.
Inovação	Propor inovações teóricas, procedimentais e/ou tecnológicas, considerando as necessidades da unidade/Organização e obedecendo às normas estabelecidas.
Integridade na conduta	Agir com princípios e ética, de forma a promover uma gestão transparente e responsável, e assegurar o interesse público
Levantamento de Necessidade de Material	Identificar a necessidade de recursos materiais para o funcionamento da unidade, considerando prazos, orçamentos e normas específicas da Organização.
Mentalidade Digital	Capacidade de integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão, processos de tomada de decisão, com a geração de produtos e serviços e os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.
Patrimônio Público	Utilizar espaços e bens públicos, conservando as suas integridade e funcionalidade, de acordo com a legislação e os manuais pertinentes
Probidade Administrativa	Agir no exercício de sua função e fora dele, de acordo com as normas e princípios institucionais, e o Código de Ética Profissional.
Publicidade Institucional	Identificar e socializar informações (Diretrizes, Valores e Objetivos Institucionais), nos diferentes meios de comunicação, que possam fortalecer a imagem da Organização junto à população e a própria Organização.
Relacionamento Interpessoal	Interagir com os demais colaboradores, respeitando as diferenças, buscando convívio pacífico e produtivo.
Resolução de Problemas com Base em Dados	Capacidade para idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade mediante a utilização de dados numéricos e não numéricos, bem como de evidências que permitam a precisão e viabilidade das soluções.
Sistema SEI	Operar o Sistema de Informações Institucionais (SEI) de forma adequada e dentro dos prazos estabelecido, conforme a demanda da área e a legislação pertinente
Sustentabilidade	Realizar suas atividades de acordo com os princípios e políticas de sustentabilidade.
Trabalho em Equipe	Atuar em equipes de trabalho, considerando as características dos demais membros, a natureza da tarefa e os objetos do plano de trabalho, obedecendo às normas de civilidade e ética da organização.
Visão Sistêmica	Capacidade para identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional, que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.

4.6.5.8. No caso das competências técnicas são aquelas que descrevem os comportamentos necessários ao desempenho de atividades operacionais ou de assessoramento, sem o exercício formal da liderança. Atualmente estão mapeadas cerca de 1.000 competências técnicas e utiliza-se a regra de Pareto para priorização das competências. Assim, as 20 competências técnicas que foram avaliadas pelo maior número de servidores com lacuna alta (competências com necessidade urgente de capacitação ou captação) são:

Nome da Competência	Descrição da Competência
(INFORMACOES GEOESPACIAIS E MONITORAMENTO) Mapas e Geoprocessamento - Utilizando Software	Elaborar mapas e realizar análises básicas de geoprocessamento de dados, utilizando programa (Software) adequado de acordo com as necessidades dos projetos e processos em que faz parte, atendendo a qualidade, padrões cartográficos e prazos exigidos, de acordo com a política de geoinformação do instituto.
(CRIACAO E PLANEJAMENTO DE UC) Instrumentos de Planejamento	Elaborar planos específicos para a gestão (por exemplo plano de manejo integrado do fogo, plano de pesquisa e gestão de conhecimento etc.), de forma estratégica e promovendo a ampla participação da sociedade, com celeridade, objetividade e de acordo com as normativas e diretrizes institucionais vigentes.
(FISCALIZACAO) Coordenação de ações de Fiscalização	Coordenar ações de fiscalização com abordagem adequada, de acordo com o planejamento, legislação e normas específicas atendendo as necessidades de cada ação.
(GESTAO DE CONFLITOS EM INTERFACES TERRITORIAIS) Acordos para resolução de conflitos territoriais	Identificar, mediar e estabelecer acordos que visam a resolução dos conflitos de uso existentes no território das unidades de conservação em conformidade com as normas vigentes e de forma participativa com os atores envolvidos.
(EDUCACAO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS) Ações de Educação Ambiental	Realizar ações de educação ambiental para diversos atores, considerando as normas e planos atinentes, utilizando um plano de ação e técnicas que reflitam em um maior engajamento sobre a temática abordada.
(GESTAO PARTICIPATIVA) Facilitação de reuniões e oficinas	Conduzir e facilitar reuniões, oficinas e eventos correlatos, utilizando metodologia de participação de grupo, estando presente com conhecimento das dinâmicas sociais e a partir da percepção do campo coletivo (cenário, contexto, relações), promovendo colaborativos a partir dos entendimentos dos diferentes atores envolvidos e buscando construir convergências visando a resolução de conflitos e a obtenção dos resultados esperados, conforme objetivos de cada evento institucional.
(FISCALIZACAO) Execução de fiscalização	Executar atividades de fiscalização em campo, relacionadas a atividade minerária, caça comercial, tráfico de animais silvestres, desmatamento, ocupação irregular do solo, exploração irregular de madeira e de produtos não madeireiros, pesca irregular, entre outros, de acordo com as normativas legais vigentes.
(PESQUISA E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE) Monitoramento por SIG	Realizar monitoramento ambiental por meio do uso de Sistema de Informações Geográficas.
(PESQUISA E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE) Coordenação do Monitoramento da Biodiversidade	Coordenar a implementação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade juntamente com os CNPCs nas UCs, de acordo com a realidade local, com participação das comunidades locais e instituições parceiras, conforme normativas vigentes.
(GESTAO PARTICIPATIVA) Gestão Participativa	Conduzir e orientar os processos de tomada de decisão considerando níveis elevados de participação social, a realidade local, valores religiosos, reconhecendo e integrando os diferentes objetivos e expectativas dos atores sociais envolvidos na gestão territorial, de acordo com as diretrizes institucionais.
(GESTÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO) Documentos Técnicos	Elaborar documentos técnicos de forma clara, utilizando ferramentas de produção de texto ou o SEI, de acordo com as normas estabelecidas pela norma padrão da língua Portuguesa Brasileira, com a demanda e com a legislação pertinente.
(PARCERIAS E RECURSOS EXTERNOS) Articulação de parcerias	Estabelecer e manter parcerias, que vise ao alcance dos objetivos do ICMBio e da área envolvida, interagindo de forma assertiva junto aos potenciais ou efetivos parceiros, sejam eles atores externos, como organizações governamentais de todos os níveis de Governo e entes federativos, não governamentais, sociedade civil organizada, segmento empresarial, ou atores internos.
(PESQUISA E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE) Monitoramento da Biodiversidade	Executar programa de monitoramento da biodiversidade utilizando protocolos específicos conforme normas específicas.
(PARCERIAS E RECURSOS EXTERNOS) Instrumentos de Parceria	Elaborar documentos e instrumentos legais necessários a formalização e execução de parcerias, seguindo acordos preestabelecidos e legislações vigentes.
(TECNOLOGIA DA INFORMACAO) Sistema de Comando de Incidentes	Implementar o Sistema de Comando de Incidentes nas atividades de fiscalização, nos combates a incêndios, no resgate e no atendimento de pessoas ou em qualquer atividade que se aplica a este sistema, de acordo com especificação do planejamento.
(INFORMACOES GEOESPACIAIS E MONITORAMENTO) Sistema de Informações Georreferenciadas	Criar, alimentar e manipular sistema de informações georreferenciadas.
(POLÍTICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS) Legislação pertinente aos povos e comunidades tradicionais	Identificar legislação pertinente aos povos e comunidades tradicionais com apoio das instituições de proteção dos povos e comunidades tradicionais, subsidiando tomadas de decisões de gestão territorial.
(INFORMACOES GEOESPACIAIS E MONITORAMENTO) Interface Territorial - Geoprocessamento	Identificar as interfaces territoriais decorrentes de dupla-afetação e sobreposição de territórios, utilizando ferramentas de geoprocessamento e através de visitas in loco, de acordo com normativas vigentes.
(USO PUBLICO E NEGOCIOS) Elaboração de Projeto de Turismo de Base Comunitária	Elaborar projetos de turismo de base comunitária (TBC), sempre que o potencial turístico identificado esteja associado a atividades realizadas por residentes na Unidade de Conservação ou em seu entorno, utilizando metodologia participativa de todos os atores envolvidos seguindo o que preconiza a cartilha de Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal - Diretrizes e

4.6.6. A partir do detalhamento exarado no item 4.6.5.7 verificamos que os conhecimentos necessários comuns a todos os cargos são: Atendimento ao público; Comunicação; Direito Administrativo; Diversidade e Inclusão; Ética e Integridade Pública; Foco no Resultado; Inovação no setor público; Mentalidade Digital; Noções de Direito Constitucional; Noções de Gestão Pública; Relacionamento interpessoal; Responsabilidade Ambiental, Social e Governança (ESG); Sustentabilidade; Trabalho em equipe; Valores do Serviço Público Brasileiro; Visão Sistêmica.

4.6.7. Abaixo, verifica-se tabela do perfil dos cargos, de acordo com cada macroprocesso, juntamente com as competências técnicas e o conhecimento necessário para o exercício das atribuições previstas na Lei nº 10.410/02:

MACROPROCESSOS	NOME DA COMPETÊNCIA	DESCRIÇÃO DA COMPETÊNCIA	CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS
PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	Alinhamento Estratégico	Alinhar estratégias que avaliem o papel e o modo de atuação da DISAT, no ambiente interno e externo, a fim de possibilitar o equilíbrio das Unidades, Coordenações e Servidores com os objetivos do Instituto.	Administração Geral e Gestão Estratégica: Gestão de Processo Decisório. Gestão de Processos. Gestão de Planejamento. Planejamento Estratégico. Visão, Missão e Análise SWOT. Objetivos, Metas e Indicadores de Desempenho. Análise de Cenários. Estratégias. Cadeia de Valores e Alianças. Balanced Scorecard. Metodologia OKR. Planejamento Operacional. Administração de Riscos.
	Decisões Estratégicas - Técnica	Tomar decisões com base em uma visão estratégica, de acordo com os objetivos da unidade/Organização, considerando os níveis de prioridade estabelecidos.	
	Formulação da Estratégia	Coordenar o processo de formulação do planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes a cada quatro anos, conforme diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor.	
	Gestão de Processos	Identificar e implementar a gestão de processos de trabalho considerando metodologias adequadas à temática envolvida, legislações e normas vigentes.	
	Gestão de projetos	Elaborar e gerenciar projetos relacionados à temática de atuação da unidade, de forma a promover a integração eficiente dos diversos	

			recursos existentes para execução do projeto, considerando orientações vigente e o alinhamento com os objetivos estratégicos da unidade e do ICMBio.	
		Gestão de Mudanças - Técnica	Conduzir processos de mudança de acordo com a realidade e ou os desafios apresentados.	
		Monitoramento da estratégia	Monitorar a execução do planejamento estratégico da unidade, na periodicidade estabelecida no ciclo PDCA, e agir corretivamente fazendo os ajustes nas ações ou nos objetivos estratégicos.	
		Planejamento - Técnica	Definir objetivos, investimentos, ações e resultados de acordo com os objetivos do Planejamento Estratégico da Unidade e da Organização.	
		Programas e planos operacionais	Elaborar programas, projetos ou planos de ação finalísticos alinhados com o planejamento institucional, com o plano de manejo da Unidade de Conservação e considerando a capacidade técnica e financeira para sua implementação.	
		Suporte aos Processos de Planejamento	Elaborar planos de trabalho, contemplando projeto básico, TdR e outros documentos similares, visando delinear as etapas, cronogramas, orçamento e designação de responsáveis pelos processos de planejamento, de acordo com a padronização oferecida pelo ICMBio ou instituições parceiras, conforme demanda;	
		Visão Estratégica - Técnica	Estabelecer estratégias, que considerem o papel e o contexto de atuação da Organização, nos âmbitos interno e externo, alinhadas aos propósitos institucionais de curto, médio e longo prazo.	
		Visão Sistêmica - Técnica	Tomar decisões considerando a interação e a interdependência entre processos de trabalho, setores e unidades, avaliando os impactos de suas ações para a obtenção dos resultados institucionais.	
ADMINISTRAÇÃO	Pessoal	Ações de Desenvolvimento	Identificar, planejar e executar ações de capacitações para diversos atores (servidores, estagiários, voluntários, bolsistas, terceirizados etc) a fim de sanar lacunas de competências necessárias para execução de suas atividades, conforme área temática, orientações institucionais e Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP - do ICMBio	Gestão de Pessoas. Origem e Evolução da Gestão de Recrutamento e Seleção. Gestão de Desempenho. Competências. Cultura e Clima Organizacional. Qualidade Trabalho. Grupos e Equipes de Trabalho. Desenvolve Aprendizagem Individual e Aprendizagem Organizacional e Desenvolvimento de Pessoas. Gestão do Clima. Liderança. Motivação. Negociação e Gestão de Conflitos. Metodologias Ágeis em Gestão de Pessoas. Legislação do Serviço Público. Gestão de Pessoas no Serviço P
		Avaliação de Desempenho dos Colaboradores	Avaliar o desempenho dos colaboradores da unidade com critérios transparentes, demonstrando os pontos positivos e os pontos negativos a serem aperfeiçoados, propondo ações de desenvolvimento em consonância com o PTE, o planejamento e objetivos estratégicos da instituição.	
		Gerenciamento da equipe de campo	Elaborar e acompanhar a execução dos planos de trabalho da equipe de campo, atendendo a ordem de prioridade de demanda dos atrativos, e verificar as inconformidades.	
		Gestão da Motivação - Técnica	Identificar fatores motivacionais dos membros da equipe, subsidiando gestores e a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) no desenvolvimento de programas condizentes para o reconhecimento de desempenho.	
		Gestão de Conflitos - Técnica	Gerenciar conflitos, considerando as partes envolvidas, construindo soluções de acordo com os interesses institucionais, utilizando elementos de mediação de conflitos e facilitação de diálogos.	
		Mapeamento de Competências	Mapear competências necessárias e existentes na unidade organizacional para realizadas das atividades, de acordo com os objetivos estratégicos da unidade e do ICMBio, a Política de Gestão por Competências e a metodologia utilizada pela CGGP.	
		Organização de Equipe a distância	Planejar, organizar e acompanhar a execução de atividades à distância, utilizando ferramentas de monitoramento online, conforme orientações e Políticas vigentes no ICMBio.	
		Orientação em Gestão de Pessoas	Orientar, presencialmente ou à distância, servidores e estagiários referente a temas relacionados à Gestão de Pessoas, conforme normas de conduta, políticas e demais regras vigentes no ICMBio.	
		Política de Qualidade de Vida	Implementar e revisar a nova Política de Qualidade de Vida, desenvolvendo programas, projetos e ações voltadas para a área, de acordo com dados da instituição, objetivos estratégicos e dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos.	
		Políticas de Gestão de Pessoas	Elaborar políticas e normas relativas à gestão de pessoas conforme legislação vigente, as necessidades das unidades e os objetivos da Instituição.	
		Recrutamento e Seleção	Estabelecer procedimentos de seleção, com base em competências e habilidades, visando um	

		melhor aproveitamento da força de trabalho e satisfação do servidor	
	Segurança do Trabalho	Utilizar os protocolos de segurança do trabalho nas atividades realizadas, de acordo com os princípios e políticas estabelecidos, seja em campo ou em escritório.	
Logística	Gestão de Patrimônio	Realizar controle de equipamentos e veículos em planilhas eletrônicas, de acordo com a legislação e critérios de qualidade de documentação que sejam adequados à instituição.	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. CC Material e Patrimônio. O Patrimônio das empresas e órgãos Patrimônio Imobiliário. O Patrimônio Mobiliário. Orçamento Controle Logístico. Gestão de cadeia de suprimentos reversa. Serviços de apoio e infraestrutura (protocolo, n de arquivos, sistemas de informação, manutenção de eq manutenção de instalações físicas) Logística e Transferência Arquivologia. Gestão Documental. Lei de Acesso à Informação 12.527/2011 e suas alterações). Portal da Transparência, ativa e passiva. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018 e suas alterações). Licitação. Conceito jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório. Anulação, revogação e rescisão administrativos. Sanções e procedimento sancionatório licitações e contratos administrativos. Contrato administrativo compras na administração pública. Conceito, principais modalidades e espécies. Formalização, execução e inexecução. Prorrogação, renovação e extinção. Revisão e reatuação
	Gerenciamento de bens patrimoniais	Avaliar a viabilidade técnica/ financeira para a manutenção de desfazimento de bens patrimoniais de acordo com a legislação vigente.	
	Alienação ou doação de bens	Coordenar as atividades de alienação ou doação de bens considerados ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis, mediante comissões de desfazimento de bens e relatórios apresentados.	
	Acervo Arquivístico	Pesquisar e disseminar a informação do acervo arquivístico sob custódia do Arquivo Central/ICMBIO	
	Supervisionar a política de gestão documental	Supervisionar a política de gestão documental e informação no âmbito de ICMBio, de acordo com as orientações do Arquivo Nacional e do conselho nacional de arquivo (CONARQ) e mediante relatórios.	
	Arranjo	Ordenar a documentação conforme a classe, subclasse, fundo e subfundo.	
	Avaliação de Documentos e Processos	Avaliar documentos e processos utilizando a tabela de temporariedade conforme a PORTARIA 47 DE 14/02/2020 DO ARQUIVO NACIONAL, atribuído a destinação final de cada documento conforme prazos estabelecidos na tabela	
	Classificação de Documentos e Processos	Classificar documentos e processo aplicando o código de classificação conforme PORTARIA 47 DE 14/02/2020 DO ARQUIVO NACIONAL	
	Demanda Eletrônica	Receber, cadastrar e expedir documentos internos ou e externos, utilizando ferramenta de suporte adequado, conforme normativos pertinentes ao tema.	
	Execução de Serviços de Obras ou Reformas	Acompanhar e fiscalizar os serviços de engenharia, com base nos projetos elaborados, no tocante às obras, reformas ou manutenções das estruturas do ICMBio.	
Materiais	Identificação de Necessidade de Recursos	Identificar a necessidade de recursos materiais/serviços para o funcionamento da unidade, levando em consideração prazos, orçamentos e normas vigentes da organização.	
	Suprimento de material	Coordenar atividades relacionadas a suprimentos de material, patrimônio, almoxarifado, compras e logística, de acordo com as demais e o orçamento disponível.	
	Gerenciamento de Meios	Identificar demandas e adequações para solicitação de produtos e serviços necessários para as atividades de rotina da unidade, viabilizando a aquisição e/ou contratação via processos de licitação, prezando pela economia de recursos, utilizando o SEI.	
	Execução de Contratos para Serviços Básicos	Acompanhar, semanalmente, a gestão, fiscalização e pagamento de faturas de contratos dos serviços básicos do ICMBio (água, energia, telefonia e aluguel), por meio de planilha excel.	
	Fornecimento de Insumos	Destinar e fornecer insumos (equipamentos, combustível, alimentação, diárias e passagens) utilizando os sistemas institucionais (SCDP, MaxxiFrota, BRSupply), mediante a aprovação das demandas pertinentes a gestão do fogo, em conformidade com os instrumentos de planejamento do manejo integrado do fogo.	
	Orientação sobre processos licitatórios	Orientar unidades organizacionais na elaboração de Projeto Básico, Termo de Referência e outros documentos necessários à instituição de procedimentos licitatórios, de acordo com a lei.	
	Elaboração de Cotação	Preparar edital(is) ou carta(s) convite(s), referente às licitações a serem realizadas, seguindo às legislações vigentes.	
	Elaboração de Termos de Referência	Elaboração de termos de referências para contratação de serviços, pessoas e aquisição de materiais, de acordo com as normativas do programa e/ou fontes de financiamento.	
	Execução Negocial	Gerenciar a execução e as formas de extinção (resilição, resolução e rescisão, encampamento, etc) de termos e/ou contratos de acordo com a legislação e as decisões de órgãos de controle.	
	Executar as demais modalidades de licitação	Executar concessões, concorrências públicas, tomadas de preço e leilões, de acordo com a legislação vigente.	
	Executar Chamamentos Públicos	Executar chamamentos públicos para locação de imóveis e contratações de serviços não previstos em legislação específica, de acordo com a	

		elaboração de edital e especificações técnicas para este fim.	
	Executar Dispensas e Inexigibilidades	Executar procedimentos referentes a aquisições de materiais e serviços por meio de dispensas e inexigibilidade de licitações, nos termos da legislação vigente.	
	Executar Licitações	Executar os procedimentos de comprar e de prestação de serviços por meio de licitações, observando as normas correlatas.	
	Fiscalização de Contratos de Serviços	Fiscalizar contratos administrativos com seriedade e legalidade, prezando pela qualidade do serviço a ser prestado, de acordo com o estabelecido no contrato e com a legislação vigente.	
	Arquitetura no desenvolvimento de sistemas	Estabelecer arquitetura a ser usada no desenvolvimento de sistemas e sustentação de serviços de TIC.	
	Gerenciamento do desenvolvimento de sistemas	Gerenciar o desenvolvimento de sistemas para avaliação de impactos de responsabilidade da Sede, observando o disposto na IN ICMBio nº 10/2020, bem como padrões de qualidade exigidos.	
	Manutenção de equipamentos	Realizar a manutenção dos computadores, impressoras e demais equipamentos, utilizando os recursos disponíveis para a unidade, assegurando o seu funcionamento.	
	Manutenção de sistemas	Programar e executar a manutenção de sistemas informatizados de gestão de dados conforme as demandas institucionais e exigências de qualidade e velocidade.	
	Monitoramento da infraestrutura de TI	Monitorar a disponibilidade da infraestrutura de Tecnologia da Informação, mitigando as falhas e alcançando performance de acordo com os níveis de serviço estabelecidos.	
	Normas de Segurança da Informação	Implementar recursos que atendam as normas de Segurança da Informação de acordo com a IN nº 01 GSI/PR/2020 - Gestão da Segurança da Informação.	
	Padrões de Codificação no Desenvolvimento de Sistemas	Estabelecer Padrões de Codificação no Desenvolvimento de Sistemas conforme a metodologia de boas práticas.	
	Padrões de documentação de teste de software	Estabelecer padrões de documentação de teste de software de acordo com o IEEE 829 - Standard for Software Test Documentation e outros manuais de boas práticas relacionados ao tema.	
	Padrões de documentação negocial de software	Estabelecer padrões de documentação negocial de software, de acordo com manuais de boas práticas de Engenharia de software.	
	Planejamento de Sistemas de Informação	Planejar Sistemas de Informação de acordo com as metodologias da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	
	Política de governança digital	Implementar as ações previstas na política de governança digital no âmbito do ICMBio conforme Decreto nº 8.638, de 15 de Janeiro de 2016.	
	Processo de desenvolvimento de software	Revisar o processo de desenvolvimento de software do ICMBio de acordo com as orientações legais relacionadas e manuais de boas práticas.	
	Sistemas e Rede de Computação	Desenvolver e manter sistemas de gestão de dados e equipamentos de informática de acordo com as demandas institucionais, atendendo às exigências de qualidade e velocidade e a interoperabilidade.	
	Tamanho funcional dos sistemas	Medir o tamanho funcional dos sistemas de acordo com o roteiro de métricas de software do SISF.	
Financieira e Orçamentária	Elaboração da Proposta Orçamentária	Elaborar proposta orçamentária do ICMBio, de acordo com os limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento, utilizando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), anualmente.	Administração Financeira e Orçamentária. Funções de público. Orçamento público. Princípios orçamentário. Processo orçamentário. Sistema de planejamento federal. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Outros planos e programas. Sistema orçamentário. Classificações orçamentárias. Estrutura Créditos ordinários e adicionais. Programação e execução financeira. Descentralização orçamentária e acompanhamento da execução. Alterações orçamentárias. Princípios fundamentais. Contabilidade Pública. Patrimoniais - Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Fat respectivas variações patrimoniais na área pública. Receito e classificações. Estágios. Dívida ativa pública. Conceito e classificações. Estágios. Restos a pagar de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Superávits. Lei de Responsabilidade Fiscal. Conceito e Planejamento. Receita Pública. Despesa Pública. Indivíduo. Transparência, controle e fiscalização execução descentralizada, convênios, termo de referência cumprimento de objeto.
	Categorização de Recursos	Categorizar os recursos dos compromissários da conversão de multas, na modalidade de execução indireta, em cotas-parte, de acordo com o cronograma de desembolso, pactuado no Termo de Compromisso de Conversão de Multa (TCCM), conforme legislação vigente.	
	Fontes alternativas de Recursos	Identificar e captar fontes alternativas de recursos, por meio de diversas plataformas, para executar ações planejadas para unidade organizacional	
	Mecanismos de Controle das Receitas	Desenvolver ações de melhorias nos mecanismos de controle das receitas do Instituto Chico Mendes, visando a automação e padronização dos procedimentos de arrecadação e cobrança, de acordo com a legislação vigente.	
	Análise de Prestação de Contas	Analisar conforme normas vigentes a prestação de contas de suprimento de fundos, convênios, termo de execução descentralizada, termos de compromisso de recursos de compensação	

	ambiental e demais processos que envolvem aplicação de recursos da Administração Pública.
Acompanhamento dos Recursos Orçamentários	Acompanhar a gestão dos recursos orçamentários e extra orçamentários relacionados à unidade organizacional, conforme planejamento e recursos financeiros disponibilizados.
Composição financeira	Levantar e organizar a disposição dos recursos financeiros, considerando as diversas fontes eventualmente disponíveis, de forma a compor o financiamento necessário à execução dos programas, projetos ou planos finalísticos da unidade de conservação.
Descentralização de recursos orçamentários	Apoiar na descentralização de recursos orçamentários às Coordenações Regionais e Unidades de Conservação prioritárias conforme diretrizes institucionais.
Elaboração da Proposta Orçamentária	Elaborar proposta orçamentária do ICMBio, de acordo com os limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento, utilizando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), anualmente.
Estágios da Despesa Pública	Realizar todos os estágios da despesa pública, tanto por fontes orçamentárias quanto por fontes extraorçamentárias, de acordo com a lei 4.320/64.
Execução Financeira	Executar os recursos orçamentários disponíveis para a unidade organizacional, em conformidade com os critérios de execução estabelecidos pelo ICMBio e outras legislações vigentes, seguindo planejamento e recursos financeiros disponibilizados.
Gestão orçamentária	Planejar as demandas de recursos financeiros, controlando a destinação dos recursos, de acordo com critérios de planejamento estratégico e transparência.
Liquidação de Despesas	Utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI para liquidação de despesas de pessoal e outras, do Instituto, conforme demanda.
Planejamento Orçamentário	Elaborar planejamento orçamentário do ICMBio, considerando os gastos no ano anterior de acordo com as diretrizes vigentes, utilizando o sistema de informações gerenciais - SIGICMBBio.
Programação Financeira	Elaborar programação financeira, de acordo com as despesas liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), utilizando os sistemas Tesouro Gerencial, e Excel, semanalmente.
Programação Orçamentária	Analisar as programações orçamentárias inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), observando as normas orçamentárias da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, realizando a descentralização dos créditos orçamentários no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), diariamente.
Repasso de Recurso	Realizar o repasse de recurso financeiro para as Gerências Regionais, baseado na necessidade e no limite estipulado pelo Órgão Setorial do Ministério do Meio Ambiente.
Suprimento de fundos	Identificar demandas e solicitar recursos via suprimento de fundos, observando as normativas vigentes e as situações aplicáveis.
Conformidade Contábil	Registrar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) a conformidade contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos das Unidades Gestoras, em consonância com a Macrofunção 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL - Manual SIAFI Web e as demais normas vigentes.
Conformidade de Registro de Gestão	Verificar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) o registro da conformidade de Registro de Gestão das Unidades Gestoras do ICMBio, considerando as orientações e prazos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 020314 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO - Manual SIAFI.
Conformidade Documental	Acessar os processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e os documentos hábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI Web), a fim de verificar às apropriações/liquidações das Notas Fiscais/Faturas antes e depois dos pagamentos dos contratos celebrados, folha de pagamento, ressarcimento, dentre outros, conforme Macrofunção SIAFI 020314 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO - Manual SIAFI.

		Regularização de Inconsistências Contábeis	Registrar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) as regularizações de eventuais inconsistências contábeis, dentro dos prazos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 021006 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS.	
CRIAÇÃO E PLANEJAMENTO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Plano de Manejo	Elaboração de Plano de Manejo	Elaborar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação e os planos específicos para a gestão, promovendo a ampla participação da sociedade, com celeridade, objetividade, exequibilidade e de acordo com as normativas e diretrizes institucionais vigentes.	Ecologia, Conservação e Manejo da Biodiversidade. Biologia, Botânica e História Natural. Recursos Florestais e Monitoramento Ambiental. Planejamento e Aspectos Históricos, Sociais, Geopolíticos e Ambientais. Biodiversidade Brasileira. Povos e Comunidades Tradicionais. Direito Ambiental e o papel do Estado.
	Criação de Unidade de Conservação	Criação, recategorização e redelimitação de unidades de conservação	Analisar e propor a criação, recategorização e redelimitação de unidades de conservação federal, através de demandas da sociedade e avaliações técnicas de acordo com as instruções normativas.	
USO PÚBLICO E NEGÓCIOS	Instrumento de delegação para visitação	Elaboração de Edital de Concessão de Uso Público	Elaborar, baseado em estudo de viabilidade econômica, caderno de encargos, edital e demais documentos necessários à concessão de serviços relacionados ao uso público em Unidades de Conservação conforme preconizam as leis nº 13.668, de 28 de maio de 2018 e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.	
		Fiscalização de Concessões de Uso Público	Fiscalizar serviços de apoio à visitação concedidos em Unidade de Conservação, conforme cláusulas contratuais da concessão e orientações e regras vigentes.	
	Planejamento, estruturação de visitação	Planejamento da Visitação	Planejar a estrutura de visitação interpretativa da Unidade de Conservação (como trilhas, materiais de apoio, vídeos, apresentações, atividades lúdicas, etc), bem como a infraestrutura e as ferramentas de apoio ao uso público, buscando adequá-la com os objetivos da Unidade de Conservação e do ICMBio, com legislações vigentes, com as particularidades dos diferentes públicos que a visitam e com as oportunidades e as necessidades da sociedade.	
		Implementação da Gestão da Visitação	Implementar programas e atividades de visitação na UC, de acordo com os instrumentos institucionais que disciplinam e regulamentam as atividades bem como o planejamento elaborado para gestão da visitação.	
Ecoturismo	Diversificação de ecoturismo	Fomentar a diversificação das oportunidades de recreação em contato com a natureza e ecoturismo.		
PROTEÇÃO	Informações geoespaciais	Análise de Dados Geoespaciais	Utilizar sistemas de geoprocessamento na análise de dados geoespaciais, organizando bancos de dados relacionados às diferentes áreas de atuação (fiscalização, interface territorial, presença de espécies, atividades licenciadas/autorizadas, áreas em recuperação, etc.), em consonância com a política de geoinformação do Instituto.	
	Fiscalização	Execução de fiscalização	Executar atividades de fiscalização em campo, relacionadas a atividade minerária, caça comercial, tráfico de animais silvestres, desmatamento, ocupação irregular do solo, exploração irregular de madeira e de produtos não madeireiros, pesca irregular, dentre outros, de acordo com as normativas legais vigentes.	
	Manejo integrado do fogo	Ações de manejo integrado do fogo	Realizar ações de integração comunitária, mobilização e participação social no âmbito do manejo integrado do fogo, conforme diretrizes institucionais e os instrumentos de planejamento da UC.	
	Apuração de infrações ambientais	Análise e Instrução de Processo de Auto de Infração	Instruir e analisar processos de auto de infração para a fase da Conciliação Ambiental, sendo capaz de identificar e corrigir vícios sanáveis, identificar vícios insanáveis, emitir as notificações pertinentes a fase processual e elaborar Relatório de Análise Preliminar, conforme legislação pertinente	
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	Gestão Participativa	Promoção Gestão Participativa e Educação Ambiental	Realizar orientação técnica referente aos processos de educação ambiental e gestão participativa, de modo a contribuir para a participação ativa da sociedade na implementação dos instrumentos de gestão da biodiversidade e das unidades de conservação, tais como conselhos gestores, planos de manejo, acordos de gestão, termos de compromisso, monitoramento participativo da biodiversidade, gestão do fogo, uso de recursos naturais, dentre outros.	
	Voluntariado	Programa de Voluntariado	Implementação do Programa de Voluntariado, de acordo com as diretrizes institucionais.	
	Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais	Acordos para resolução de conflitos territoriais	Identificar, mediar e estabelecer acordos que visam a resolução dos conflitos de uso existentes no território das unidades, em conformidade com as normas vigentes e de forma participativa com os atores envolvidos.	
POPULAÇÕES TRADICIONAIS	Produção e Uso Sustentável	Produção e Uso Comunitário	Identificar os usos diretos e indiretos dos recursos naturais bem como serviços ambientais associados	

4.6.9. A Portaria ICMBio nº 306, de 20 de abril de 2022 apresenta a metodologia utilizada na definição do quantitativo mínimo referencial das equipes de trabalho e estabelece no artigo 21 que nas UGT, a definição do Quadro de Distribuição de Servidores (QDS) deverá considerar os seguintes fatores:

- I - Dimensão territorial;
- II - Concentração demográfica nos municípios que com ela mantém interface territorial;
- III - Participação das unidades de conservação no Planejamento Operacional Integrado da Coordenação Geral de Proteção (CGPRO);
- IV - Demanda de visitantes;
- V - Existência de contratos de concessão de uso público e florestal;
- VI - Concentração de famílias beneficiárias;
- VII - Existência de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) Comunitários;
- VIII - Existência de programa de monitoramento da biodiversidade. Acrescenta-se que o Quadro de Distribuição de Servidores (QDS) representa o tamanho das Equipes Ajustadas das UORGs, depois de realizados os Ajustes de Conjuntura (ACJ), Complexidade (ACP) e Nucleação Gerencial (ANG), servindo como base para a lotação de servidores no âmbito do ICMBio.

4.6.10. Destacam-se alguns pontos importantes do modelo conceitual, visto ser o estudo realizado referência importante para os processos de recrutamento e seleção e remoção, estando em total alinhamento ao planejamento estratégico e à política de gestão por competências do ICMBio:

O modelo conceitual proposto tem por fundamento no seguinte princípio:

A equipe técnica de uma UC precisa estar capacitada a representar e reproduzir, na sua área de abrangência, os principais processos gerenciais do instituto.

No modelo proposto, estes principais processos foram agrupados em três áreas temáticas estruturantes, nas quais atuariam servidores com a capacitação e a experiência necessária para sua adequada realização:

- 1** Área de **gestão, planejamento e administração**, sob a qual se encontrariam os processos de administração financeira, planejamento, gestão pessoal, contratos administrativos e atividades correlatas.
- 2** Área de **controle, proteção e fiscalização**, abrangendo os processos de regularização, proteção, fiscalização, emergências, coordenação de brigadas e atividades correlatas.
- 3** Área de **ações finalísticas**, que, a depender das características da UC, teriam como eixos principais:
 - uso público e negócios** (visitação, acompanhamento de concessões de uso público e exploração florestal, e outras autorizações de negócios em UCs).
 - apoio ao desenvolvimento socioeconômico local e regional** (apoio comunitário, desenvolvimento socioeconômico sustentável).
 - pesquisa e conhecimento** (apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e operação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade - Monitora/ICMBio)

Ajustando o modelo conceitual à realidade das UCs federais

O esquema anteriormente apresentado propõe iniciar o dimensionamento das equipes técnicas das UCs a partir de um conjunto inicial formado por três servidores, relacionados às três áreas temáticas que estruturam o modelo. Contudo, para se aproximar com mais fidedignidade da situação real de cada unidade de conservação, esta equipe referencial precisa sofrer três modalidades de ajustamento, que foram aqui chamadas de:

Ajustes de Conjuntura

Algumas particularidades relacionadas às categorias de manejo, tamanho e situações conjunturais fazem das UCs federais organizacionais, para as quais, em certas situações, o conjunto inicial de três servidores para as áreas temáticas pode se m **Conjuntura** a aplicação de algumas regras de redução desse conjunto inicial para melhor ajustá-la às particularidades ide estimação de equipe de **Equipe Referencial (EqR)**.

Ajustes de Complexidade

Por sua vez, certas características associadas ao tamanho da área protegida e ao grau de sua complexidade gerencial conf servidores nas equipes técnicas responsáveis pela gestão das UCs e NGIs. Chamamos de **Ajustes de Complexidade** a apli **Referencial (EqR)** das **UCs isoladas** e dos **Núcleos de Gestão Integrada (EqR do NGI = \sum EqR das UCs componentes)**

Ajuste de Nucleação Gerencial

A Política de Nucleação Gerencial (criação de Núcleos de Gestão Integrada – NGI) em implantação no Instituto Chico Men em uma única equipe técnica do NGI, a instituição promove um ganho de eficiência gerencial decorrente da integração e de ação. Chamamos de **Ajuste de Nucleação Gerencial** a aplicação de regra específica para ajuste final da equipe de um

4.6.11. Acrescenta-se que o ICMBio aderiu ao **modelo referencial de DFT* proposto pelo MGI, assinando Termo de Compromisso**, por entender importante a necessidade de uma gestão mais estratégica dos recursos postos à disposição, para fins de atendimento da missão institucional. Assim, considera-se também a necessidade de regular o emprego da força de trabalho, de forma a privilegiar seu emprego nas atividades operacional e finalística, além de estabelecer os critérios de dimensionamento e alocação dos cargos de Especialista em Meio Ambiente. No primeiro semestre de 2024 servidores da gestão de pessoas estão passando por capacitação na aplicação do modelo e tão logo seja possível será construída estratégia de aplicação do modelo para a instituição como um todo. Até que esta iniciativa seja finalizada continuaremos utilizando o modelo conceitual tamanho mínimo referencial desenvolvido pelo ICMBio para fins de definição do quantitativo necessário de agentes públicos nas unidades organizacionais da Autarquia. Este modelo tem subsidiado muitos subsistemas de GP, remoção, autorizações para afastamentos para capacitação, nomeações dentre outros, e auxiliado à alta gestão em diversos processos.

4.6.12. Outrossim, ressaltamos que o certame é solicitado para provimento de cargos em nível nacional e que, em momento oportuno, o "Painel Dinâmico de Informações" será revisitado para o refinamento da proposta, incluindo o quantitativo de servidores por cargo para cada lotação, levando-se em consideração as necessidades individuais de cada unidade de conservação, NGI, e se for o caso, Sede, Gerências Regionais e Centros de Pesquisa.

*Em referência à Portaria SEDGG/ME Nº 7.888, de 1º de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 06/09/2022, que estabelece orientações aos órgãos e entidades da administração pública federal quanto aos procedimentos a serem observados para o Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT.

4.6.13. Desta forma, as propostas aqui empreendidas possibilitarão o fortalecimento institucional do ICMBio, garantindo o incremento de 1.149 (um mil cento e quarenta e nove) novos servidores para atuarem em âmbito nacional na gestão da biodiversidade brasileira, nas 336 unidade de conservação. Totalizando o quadro de 571 (quinhentos e setenta e um) cargos de Analista Administrativo, e 534 (quinhentos e trinta e quatro) cargos de Analista Ambiental, e 13 (treze) cargos de Técnico Administrativo e 31 (trinta e um) cargos de Técnico Ambiental representando reforço das áreas finalística e de gestão, vide quadro a seguir:

CARGOS VAGOS NO ICMBio	
CARGO NÍVEL SUPERIOR	QUANTIDADE
Analista Administrativo	571
Analista Ambiental	534
Técnico Administrativo	13
Técnico Ambiental	31
TOTAL	1.149
Fonte: SIAPE março/2024	

4.6.14. Esse cenário, contribuirá com o reforço imediato da força de trabalho e possibilitará a posterior recomposição de seus quadros, por meio de um novo concurso público para servidores de nível superior e médio, garantindo o desempenho das competências desta Autarquia, em especial no que se refere ao combate ao desmatamento e fiscalização das áreas protegidas federais, além das do suporte às atividades finalísticas realizadas pelos servidores da área administrativa.

5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

5.1. Dessa forma, tendo em vista a necessidade de incrementar a força de trabalho deste ICMBio, conforme detalhado no corpo deste documento, apresentamos a seguinte proposta:

a) Provimento de 1.149 cargos vagos, assim distribuídos: **534** cargos vagos de Analista Ambiental, **571** cargos vagos de Analista Administrativo, **31** cargos de Técnico Ambiental e **13** cargos de Técnico Administrativo, presentes nos quadros do ICMBio.

MARIANNA DOMINGOS DA SILVA MELO

Apoio Jurídico

5.2. De acordo.

5.3. Encaminhe-se à DIPLAN para análise e em caso de anuência, envio à Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio para emissão de parecer, em atendimento ao disposto no art. 5º, V do Decreto nº 9.739/2019.

HELENA MACHADO CABRAL COIMBRA ARAUJO

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

